

**ILMO. (A) SR. (A) PREGOEIRO (A) DO INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE:**

PREGÃO ELETRÔNICO N.: 90028/2025

PROCESSO N.: 23856.000004/2025-99

HIGICLEAN TECNOLOGIA EM HIGIENIZACAO E CONSERVAÇÃO LTDA., já
qualificada no certame em epígrafe, vem perante V. Sa., Interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que habilitou a licitante **CORESE SERVICOS
ESPECIALIZADOS LT.**, na forma das razões de fato e de direito a seguir
aduzidas:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Cientificada através do sítio eletrônico Comprasnet em 18/06/2025 (quarta-
feira), iniciou-se em 19/06/2025 (quinta-feira) o prazo decadencial de 03 (três)

dias úteis para interposição de recurso, cujo termo final recai em 24/06/2025 (terça feira), conforme orientação do r. Pregoeiro no sítio do Comprasnet.

Conclui-se, portanto, pela tempestividade desta peça.

2. SÍNTESE DOS FATOS

O pregão acima referenciado foi deflagrado pela Administração, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuado de limpeza, asseio e conservação predial, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e fornecimento de materiais de limpeza e de higiene, equipamentos e insumos necessários ao atendimento das necessidades do Instituto Federal de Sergipe, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Após o encerramento da fase de lances, na ordem sequencial, a recorrida foi habilitada e convocada para apresentação da proposta de preços e documentos de habilitação, sagrando-se provisoriamente vencedora do certame.

Todavia, conforme restará demonstrado a seguir, a decisão do I. Pregoeiro merece reparo, impondo-se o provimento do recurso ora interposto e o refazimento dos atos praticados durante a sessão pública a partir da convocação, uma vez que a recorrida não logrou demonstrar o atendimento ao disposto na legislação em vigor.

3. DO MÉRITO RECURSAL: DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Ao regulamentar o art. 37, XXI da Constituição Federal, a Lei n. 14.133/2021 instituiu normas gerais para licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no

âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A atividade de licitar decorre da necessidade de efetivos controles procedimentais direcionados a salvaguardar os princípios constitucionais que fundamentam a atividade administrativa estatal, zelando pela proteção do patrimônio e moralidade públicos e visando propiciar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, dentro dos padrões estabelecidos pela Administração.

Exatamente por esta razão, é que, além de serem regidos pelos princípios do Direito Administrativo insculpidos no mencionado art. 37 da Carta Magna, os procedimentos licitatórios também devem rígida obediência a outros princípios, explícitos e implícitos, dentre os quais assume especial relevância o princípio basilar da **vinculação ao instrumento convocatório**, consagrado no art. 5º da Lei n. 14.133/2021.

Nesse cenário, o edital de licitação é o ato formal através do qual a Administração torna público o seu propósito de licitar determinado objeto, fixando cláusulas e condições que assegurem a viabilidade do futuro contrato e fazendo lei entre as partes quanto aos requisitos exigidos para a habilitação dos licitantes, a elaboração e a avaliação das propostas apresentadas.

Desse modo, as exigências contidas no edital do certame não constituem apenas limites balizadores para impedir que a Administração estabeleça condições arbitrárias que possam comprometer a isonomia dos licitantes, mas também são mecanismos de controle com vistas a evitar que certamistas sejam beneficiados com a dispensa ou a flexibilização na exigência e/ou na análise das propostas apresentadas, de modo a comprometer a lisura do processo licitatório e o interesse da Administração.

A **natureza vinculativa** atribuída ao instrumento convocatório pelo art. 5º da Lei n. 14.133/2021 faz com que **tanto os licitantes como a Administração devam respeitá-lo**.

Dito isso, resta claro que todos os participantes e Administração não podem e nem devem fazer nada do que não está previsto no Edital, não pode a Administração ter a discricionariedade para tomar decisões que afetem as regras já estabelecidas.

3.1 DA IRREGULARIDADE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO APRESENTADAS

Nesse passo, o Edital ao estabelecer as regras dentre AS estabelecidas e conforme se desprende do Edital no seu item abaixo:

(...)

8.23.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

(...)

Entretanto, a recorrida para atender o Edital não faz a anexação da carta ou do registro do sindicato a qual ela declara ser enquadrado, apenas apresenta uma carta da própria recorrida assinada por ela mesmo, que não atende o objetivo do Edital conforme abaixo:



Ao


Instituto Federal de Sergipe/IFS

Pregoeiro (a)

Pregão Eletrônico Nº 90028/2025

DECLARO que a empresa CORESE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-ME inscrita no CNPJ (MF) nº 08.704.691-0001/16 estabelecida em, Londrina-PR, está regulamente vinculada ao Sindicato CCT SE000033/2025 (SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE); conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de de 2021 em caso de irregularidades. .

Londrina-PR, 16 de junho de 2025



WILSON ROBERTO PEIXOTO JUNIOR

Dessa forma, resta claro que a recorrida não atendeu o edital em sua plenitude, quando deveria seguir o que rege o item 8.23.2. do edital como dito alhures, sendo assim, deve sua proposta ser recusada sob pena de violar as regras já estabelecidas.

E por fim, ultrapassada a fase de apresentação da proposta e documentos exigíveis pelo Edital não há mais que falar pela omissão da recorrida, haja vista

as regras são claras, assim reforça a idéia de desclassificação da proposta da recorrida pela omissão na apresentação de documento exigido.

4. CONCLUSÃO

Pelo exposto, requer **SEJA JULGADO PROCEDENTE** o recurso interposto, na forma da fundamentação supra.

Assim, considerando a improvável hipótese do Sr. Pregoeiro não acolher as contrarrazões recursais, requer, desde já, a remessa das presentes razões recursais para conhecimento e apreciação da autoridade superior.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Salvador / BA, 24 de junho de 2025.

HIGICLEAN TECNOLOGIA E EM HIGIENIZACAO E CONSERVAÇÃO LTDA.